

Questão número 2:

Para compreender as relações estabelecidas no interior do Império Ultramarino Português entre os séculos XVII e XVIII faz-se necessário recuperar a historiografia que discute o processo de colonização empreendido por Portugal. Nomes clássicos a esse respeito são Celso Furtado e Fernando Novais que, bebendo da Teoria da Dependência, propuseram modelos rígidos de interação entre Metrópole e Colônias. Novais propõe o modelo de "Antigo Sistema Colonial" para descrever uma rígida hierarquização entre a autoridade metropolitana e a submissão colonial. Tal modelo se relaciona com outro conceito que visa a descrever a colônia brasileira como "colônia de exploração."

Uma primeira crítica a estas concepções parte de Ciro Flammarion Cardoso e Jacob Gorender. Propondo a ideia de um "Modo de Produção Acossista", eles já admitiam que havia uma estrutura interna no mundo colonial que não se resumia ao impacto de suas relações com a metrópole e com o mercado externo - concebendo-a em moldes marxistas.

Crítica ainda mais contundente foi elaborada por João Fragoso, Manoel Florentino e o grupo conhecido como "Antigo Regime nos Trópicos". Concebendo as sociedades formadas não apenas no mundo atlântico mas em todo o Império Colonial Português como sociedades de Antigo Regime, tais autores desenvolveram o modelo explicativo de uma "Monarquia Corporativa Pluricontinental". Análoga ao corpo (que deriva da Segunda Escalística) coloca a monarquia metropolitana como a "cabeça" do Império, enquanto que as demais partes seriam os seus membros. Evidentemente, tal modelo propõe uma autonomia muito maior para as regiões coloniais, cujas autoridades negociavam com a metrópole o tempo todo.

Dentro de uma perspectiva (a do Antigo Regime) em que a desigualdade era concebida como natural, tais negociações, como observa Russell-Wood, são marcadas por trocas de privilégios - que se materializam em concessões de mercês e monopólios, por exemplo. Trata-se de uma verdadeira "economia política do privilégio". Ao observarmos tal análise, torna-se complicado defender a existência de um rígido pacto colonial,



Questão número 2, continuação:

Como o concebe Fernando Novais. Em seu livro sobre a economia no Brasil colonial, os já citados Froese e Florentino, bem como Sheila de Castro, demonstram a existência de um consistente mercado interno, e da formação de vários grupos de colonos com interesses muito mais ligados à colônia do que à metrópole.

Diversos eventos corroboram a defesa de que - como argumenta Antônio Manuel Hespanha - as monarquias ibéricas estavam longe de ser rigidamente centralizadas. O apoio de fazendeiros do Nordeste brasileiro às chamadas "Invasões Holandesas" (1630-1654), bem como a sua posterior mobilização para expulsá-las na chamada Insurreição Pernambucana (1645-1654), mostra que a lealdade também é negociada.

No caso da expansão portuguesa sobre a África, não houve um processo de colonização como aquele que ocorreu no Brasil. Na coleção "História Geral da África", os autores Jean Devise e Shuhid Lobib demonstram que, do curso comercializado na região do Sudão Ocidental, e do posterior povoamento das ilhas do Atlântico, passou-se rapidamente para uma visão que enxergava a África como um grande centro fornecedor de escravos. Os principais interesses em relação a produtos agrícolas ou manufaturados seriam, então, tratados com os continentes americano e asiático. A exploração do tráfico atlântico de escravos e a diáspora foram responsáveis, segundo estes autores, pelo comprometimento do crescimento econômico que a África nunca experimentou nos séculos anteriores. Madina Ly-Tall descreve esse processo com a desarticulação do Mali e a decadência dos "mansa", na mesma coleção "História Geral da África".

Evidentemente, o interesse no comércio de escravos deu à África uma posição estratégica importante no Império Português. Marli Guacolda Teixeira analisa as alianças entre o soberano do reino do Congo e as autoridades portuguesas, que incluíram a cristianização, não apenas da família real, mas de toda a nobreza congolês, tendo os filhos do rei chegado a ir estudar em Portugal. Mariana Bracks Fonseca, em



Questão número 2, continuação:

"Nzinga Mbandi e as guerras de resistência" analisa um outro tipo de relação estabelecida entre africanos e europeus. A presença portuguesa no reino de Ndongo, sobretudo em Luanda, inclusive formando um sistema de assalamento dos reinos, grupo que costumava pagar tributo ao Ngola (soberano de ruim), levou a uma série de resistências. Nzinga, neste contexto, usa a conversão ao cristianismo como arma de barganha mas, depois, já rainha, se alia aos holandeses que invadem Angola em 1647, contra os portugueses.

O caso da invasão holandesa a Luanda é ainda muito significativo porque são justamente colônias brasileiras, sobretudo do Rio de Janeiro, comandadas por Salvador Correia de Sá e Benevides, que montam, em 1648, uma expedição para reconquistar Luanda - expedição que incluía descendentes de africanos e até mesmo indígenas. Isto demonstra como os interesses do Brasil estavam diretamente vinculados à África. Como demonstra Luiz Felipe de Alencastre, em "Tratado dos Viventes", a troca de homens e mercadorias entre o Brasil e a África fezimenta, tratando-se de um comércio predominantemente bilateral, e não triangular. Sobre a diáspora, é significativa a imagem proposta por Alberto da Costa e Silva de que o africano tinha de morrer civilmente na África para renascer escravo no Brasil.

No século XVIII, o auge da mineração no Brasil intensificou o número de portugueses vindos para cá, e manteve um número imenso de africanos (estimados em 2 milhões tanto para o século XVII quanto para o XVIII). As diversas feitorias estabelecidas ao longo do Sudoeste Ocidental, Congo e Angola traziam para o Brasil tecidos <sup>mercadorias</sup> ~~produtos~~, mas também culturas, tradições (bantus, yorubás, islâmicas), línguas e um sem número de formas originais de interação, negociações e resistências.

Questão número 1:

Para discutir a situação dos camponeses e trabalhadores rurais no Brasil, no século XX, uma obra clássica é "Coronelismo, enxada e voto". Nela, demonstra-se como, a partir de um processo de decadência da elite fundiária - sobretudo no Nordeste - e de negociação entre os governadores e as elites regionais, dentro do âmbito do federalismo que marcou a Primeira República, construiu-se uma relação clientelista entre os camponeses e os chamados "coronéis". Nesse sentido, misturaram-se as dimensões do público e do privado e, para garantir o voto dos camponeses e sua sujeição política, ofereciam-se favores de tom personalista. Tal modelo personalista é fundamental para entendermos o processo de organização dos trabalhadores rurais, a partir dos anos 1940.

Enquanto nos centros urbanos construía-se a tradição do - quilo que Angelo de Castro Gomes chamou de "trabalhismo" - ou seja, uma relação entre os trabalhadores urbanos e o Estado, na pessoa de seu governante e através dos sindicatos, em que as lutas dos trabalhadores foram trabalhadas simbolicamente para que suas conquistas parecessem dádivas do Estado -, este mesmo trabalhismo não alcançava o campo. Boris Fausto demonstra que toda a legislação trabalhista, bem como a própria organização sindical centralizada do Estado Novo, não contemplaram os trabalhadores rurais.

Entretanto, por mais que os anos 1940 e 1950 sejam marcados por aquilo que Fausto chama de "nacional-desenvolvimentismo", não se deve pensar que o advento da indústria comprometeu o setor agro-exportador. Pelo contrário, era, em grande medida, o capital vindo da agro-exportação que alimentava a própria indústria. Neste contexto, começa a surgir uma mobilização entre os trabalhadores rurais no sentido de garantir conquistas sociais e buscar certa autonomia frente aos grandes latifundiários e às tradições coronelistas. A luta pela terra se torna uma grande bandeira.

Continuação da questão 1.

A partir dos anos 1950, começam a ser articuladas as ligas camponesas, sob a liderança de Francisco Julião. Tal processo levou a uma crescente politização dos camponeses, que atingiu grandes proporções, no início dos anos 1960, no âmbito do debate acerca das Reformas de Base do governo João Goulart. Dentre estas reformas, destacava-se a reforma agrária. Além disso, boa parte da esquerda revolucionária no Brasil, pautando-se no modelo cubano, acreditava que a revolução deveria partir do campo. Antes mesmo do golpe civil-militar de 1964, começava-se a articulação da guerrilha rural que ficaria conhecida como Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

A partir da implementação da ditadura, diversas guerrilhas rurais surgiram, na esteira do MRT - que era apoiado pelo próprio Francisco Julião. Dentro da lógica foquista que pautava os guerrilheiros, mesmo a guerrilha urbana teria como objetivo principal angariar fundos e armas para as guerrilhas rurais. A repressão do Estado, de todo modo, foi brutal, encerrando-se com o AI-5 a maior parte dos focos guerrilheiros. A exceção foi a Guerrilha do Araguaia, organizada no início dos anos 1970, mas também desbaratada de forma brutal.

Cabe destacar, de todo modo, que em maior parte destas guerrilhas a participação da população camponesa foi bastante moderada. A maior parte dos seus organizadores eram antigos membros do PCB. ~~Porém~~ Durante os "anos de chumbo", a repressão do Estado faria com que mesmo esforços como as ligas camponesas perdessem força.

A partir do fim dos anos 1970 e dos anos 1980, entretanto, com a distinção, a organização dos movimentos sociais camponeses voltou a se articular, associada à bandeira da redemocratização. Atuação fundamental, nesse sentido, tiveram os setores católicos alinhados com a Teologia da Libertação.

Continuação da questão número 1.

A criação da Pastoral da Terra e a atuação de importantes lideranças, como D. Pedro Casaldáliga e D. Tomás Balduino, possibilitaram a luta camponesa em diversas partes do Brasil. Suas cartas pastorais tinham, ainda, enorme influência na articulação de movimentos indígenas, ribeirinhos e de seringueiros. O trabalho de base realizado junto aos camponeses foi um importante elemento para sua nova mobilização.

Marco disto é a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que nos anos 1980 ganhou muita visibilidade através de ocupações de latifúndios improdutivos e estabelecimento de assentamentos. Num momento de redemocratização, tanto as organizações camponesas quanto o chamado "Novo Sindicalismo" - e mesmo o movimento indígena - conseguiram materializar parte de suas demandas na Constituição de 1988, que reconheceu o direito ao trabalho e à terra.

Diversos grupos apoiaram a luta dos camponeses. É emblemático o livro de fotografias "Terra", publicado por Sebastião Salgado a partir de sua vivência junto aos sem-terra. O término do filme "Cobra marcado para morrer", interrompido pela ditadura militar, também foi um marco das denúncias da violência cometida no campo.

Entretanto, apesar da redemocratização e da "Constituição Cidadã", o que se vive no Brasil, desde os anos 1990, é o retorno da criminalização dos movimentos sociais. Antigas práticas clientelistas permanecem até hoje, bem como a violência e a concentração fundiária. De qualquer modo, apesar da repressão, a luta segue existindo.

Questão número 3:

O trabalho com a história de organizações e movimentos sociais, em diálogo com as manifestações culturais é muito rico, na educação básica. Isso porque permite a realização de objetivos importantes tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio. Um deles é a articulação entre os diversos níveis da vida social (neste caso, político, cultural e até mesmo econômico). Outro é a possibilidade de análise da dimensão política da própria cultura, através de um modelo duplo: a cultura serve como "índice" e como "fator" da política, ou seja, ela reflete as dimensões políticas que são discutidas na sociedade, mas também serve como um instrumento de luta e reivindicações. Isso é fundamental para a realização de um terceiro objetivo: o questionamento da possibilidade de imparcialidade nas manifestações culturais.

No caso do período entre 1945 e 1964, há diversas possibilidades de abordagem nesta direção. Uma delas é discutir o papel dos meios de comunicação - sobretudo do jornal e do rádio - bem como de performances públicas, como comícios, na construção de uma imagem "popular" ou "trabalhista" associada a governantes como Getúlio Vargas, Jânio Quadros e João Goulart. Diversas fontes podem ser utilizadas para este trabalho (gravações de programas como o "Hora do Brasil", imagens dos comícios e o conteúdo dos seus discursos, por exemplo). Trata-se, aqui, não de corroborar uma imagem de "povo manipulado", mas de seguir na direção proposta por Angela de Castro Gomes em "A Construção do Trabalhismo", pensando em como estes chefes de Estado necessitaram construir determinada imagem para negociar com grupos sociais urbanos cada vez mais politizados. O trabalhismo de Vargas, por exemplo, serviu de contraponto a alternativas mais radicais, como o comunismo.

A música também é um elemento cultural a ser dialogado com os

Questão número 5, continuação:

movimentos sociais é muito profícuo. Neste contexto, é interessante notar como a crescente politização dos centros urbanos leva as questões sociais para dentro do ambiente cultural. Os anos 1950 ficaram muito conhecidos pela Bossa Nova, no Brasil, a ponto de Juscelino Kubitschek ser chamado de "o presidente Bossa Nova". Apesar de toda a sua riqueza, a Bossa Nova foi criticada por ser considerada um "música do elite". Emblemático a este respeito é o caso da cantora Norva Lúcio, que abandona a Bossa Nova para se dedicar a projetos como o espetáculo Opinião, onde estouraria com a canção "Carcara", que faz uma série de críticas à desigualdade social no Brasil.

O movimento negro também cresceria neste momento, tendo como uma de suas grandes referências Abdias Nascimento e iniciativas como o Teatro Experimental do Negro. Além disso, num cenário de internacional de polarização política (marcado pela Guerra Fria) e nacional de crescimento dos centros urbanos e das classes médias, é importante destacar a mobilização política da juventude universitária e secundarista, através de instituições como a União Nacional dos Estudantes, a UNE, bem como a Juventude Universitária Católica (JUC). A produção cultural destas organizações seguiria um modelo de arte engajada, pontuada sobretudo pela denúncia das desigualdades sociais - o que daria origem, mais à frente, aos CPC's, os Centros Populares de Cultura, da UNE.

O espaço escolar pode permitir diversas aproximações ao conteúdo apresentado acima, inclusive para além da sala de aula. Para deixar o conteúdo mais rico, é importante que os alunos tenham contato com estas manifestações culturais, a partir de imagens, áudio e vídeo. A partir daí, deve-se proceder à discussão a respeito do caráter político da cultura, uma discussão que tem no espaço da sala de aula um ambiente adequado.



Questão número 3, continuação:

As diversas outras atividades podem ser planejadas a partir daí, envolvendo outros espaços do cotidiano escolar. Pocket Shows podem ser organizados com as canções analisadas, recitais, com os poemas. Em escolas com aulas de artes cênicas, as peças podem ser encenadas ou transformadas em pequenas esquetes. As paredes da escola podem abrigar exposições de artes plásticas e fotografia.

Os temas aqui levantados contemplam aspectos vários da cultura: articulação de movimentos de trabalhadores com o Estado a partir de elementos da cultura de massas, críticas a estilos musicais considerados "despolitizados", articulação de peças e outras manifestações culturais e artísticas por movimentos negro e universitários. Em todos estes casos, é importante destacar o sentido da cultura como índice e fator, ou seja, como espaço onde a política se manifesta (o caso da cultura de massas em programas de rádio, por exemplo) e como elemento utilizado conscientemente para encampar uma luta política - como é o caso do teatro, da literatura e da música engajada. Em nenhum dos casos há a possibilidade de uma "cultura imparcial".